

Governo adia alterações no programa para melhor avaliar impacto monetário

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A área econômica do governo resolveu adiar qualquer decisão em torno de alterações no programa da conversão da dívida externa em investimento. O secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo, confirmou ontem que se decidiu aguardar primeiro como se comportará a política monetária no ano que vem, antes de introduzir mudanças no sentido de reduzir o impacto daquelas operações sobre a emissão primária de moeda.

Os leilões de deságio da conversão da dívida devem, portanto, prosseguir dentro do ritmo observado neste ano, com tetos mensais fixados em US\$ 150 milhões. Caso haja necessidade de se alterar a programação, na medida da evolução dos agregados monetários (base monetária e meios de pagamento), então será o momento, segundo Camargo, de se repensar a possibilidade de medidas restritivas para a conversão.

No caso do "re-lending" — reempréstimo interno das amortizações da dívida externa depositadas no Banco Central —, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deve cumprir, na reunião de hoje, os termos acertados em contrato com os bancos credores. Pelo contrário, está previsto que a regulamentação das operações do "re-lending" seria definida até a data de 30 de novembro deste ano. Essas operações devem ser reabertas só a partir de janeiro, dentro do limite de recursos para o ano que envolve US\$ 1,7 bilhão. Camargo informou que, no caso do "re-lending", também não está previsto no momento nenhum tipo de restrição ao desenvolvimento das operações que têm impacto expansionista sobre a emissão de cruzados.

Ao contrário do programa da conversão, que pode ser modificado unilateralmente pelo Brasil, alterações no esquema do "re-lending" supõem entendimentos com os credores internacionais privados do País.